



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Licitação nº 03/2007

(Processo Administrativo nº 056743/2007)

1. PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de aula de nº 3 da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J – Centro – RJ, será realizada, no dia **27/06/2007**, a licitação nº **03/2007** na modalidade PREGÃO, do tipo **menor preço global**, visando à prestação de serviço especializado em locação de máquinas copiadoras, sendo duas copiadoras monocor (preto-e-branco) e uma copiadora/impressora de impressão em rede monocor (preto-e-branco), incluindo manutenção técnica preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos (exceto papel) para atender às necessidades da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, sob o regime de empreitada por preço global, conforme solicitação da Divisão de Apoio Logístico - EMERJ, e de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e seu regulamento e a Rotina Administrativa EMERJ Nº 017, de 23 de março de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, bem como os documentos de habilitação, serão **ENTREGUES** no Serviço de Licitações da EMERJ, no local supra indicado, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às **13:45 h** da data acima designada, sendo **ABERTOS** às **14:00 h**, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I – termo de referência;
- II – formulário padronizado de proposta de preços;
- III – modelo de “Declaração de habilitação” (papel timbrado da empresa);
- IV – modelo sugestivo de “Carta de credenciamento”;
- V – minuta de termo de contrato.
- VI – modelo de declaração (em atendimento ao subitem 7.1 “e” do edital).

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviço especializado em locação de máquinas copiadoras, sendo duas copiadoras monocor (preto-e-branco) e uma copiadora/impressora de impressão em rede monocor (preto-e-branco), incluindo manutenção técnica preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos (exceto papel) para atender às necessidades da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificado no termo de referência (Anexo I).

2.1.1 – A prestação de serviços inclui ainda o transporte (entrega e retirada para manutenção corretiva), a instalação (cabos conectores, conexões para rede e acessórios) e, se necessário, o deslocamento dos equipamentos nas dependências da EMERJ, o fornecimento de peças e componentes originais necessários ao bom funcionamento das máquinas e treinamento de usuários.

2.1.2 – Os equipamentos deverão ser novos, de primeira locação, lacrados de fábrica, não sendo permitida a utilização de peças, componentes e insumos reconicionados e/ou recarregados. Todas as peças, componentes e insumos deverão ser originais, de primeiro uso.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa 3.3.90.39.14, Programa de Trabalho 0362.02.061.0199.2107 do Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No dia, hora e local designados para a sessão pública, o licitante poderá ser representado por procurador ou preposto, mediante apresentação de cédula de identidade, prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ato constitutivo da sociedade empresária que comprove a capacidade do outorgante e procuração, onde deverão constar ***PODERES EXPRESSOS PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS, EM LANCES VERBAIS, PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, BEM COMO PARA OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME***, conforme modelo sugestivo (ANEXO IV).

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

5.3 – A “Carta de credenciamento” (Anexo IV) e a “Declaração de habilitação” (Anexo III) **deverão ser entregues fora dos envelopes.**

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta de preços (Anexo II), que o licitante preencherá em duas vias e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

6.2 – **O ENVELOPE-PROPOSTA deverá conter os seguintes documentos:**

a) Formulário de proposta (Anexo II), preenchido conforme o subitem 6.3.

b) Atestado de conformidade de especificações técnicas;

b.1) O atestado será emitido pela Divisão de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, após avaliação do acervo técnico apresentado pelo licitante através de catálogos do(s) fabricante(s) e/ou impressos pela internet. O acervo técnico deverá conter o carimbo e assinatura do representante legal do licitante responsável pela assinatura do contrato, ficando o mesmo retido para conferência do envelope-proposta na data de sua abertura como também no dia marcado para a entrega dos equipamentos.

b.2) O licitante deverá apresentar o acervo técnico, de 2ª à 6ª feira, no horário de 11 às 17h30min no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro – RJ, **no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas antes da data marcada para abertura do(s) envelope(s) de proposta de preços.**

6.3 - **Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:**

a) dados cadastrais;

b) assinatura do representante legal;

c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios.

e) indicação do número da Conta Corrente no BANCO ITAÚ S/A e Agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A, para aqueles localizados em outro ente da Federação, caso o licitante já os possua, ressalvando que, em caso negativo, **se vencedor do certame, providenciará, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, a abertura de conta corrente nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho. Em qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do C.N.P.J. da proposta comercial.**

f) indicação do nome e da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato referido no item 10.

g) Indicação da marca e/ou modelo dos equipamentos utilizados para prestação do serviço, objeto do Pregão EMERJ nº 03/2007.

6.4 – O pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.5 - Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.6 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.7 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

6.8 – Quando se tratar de cooperativa de serviço, na proposta deverá ser lançado, em separado, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei federal nº 8.212, de 24/07/91, com redação alterada pela Lei federal nº 9.876, de 26/11/99, também referido no subitem 12.4 da Instrução Normativa INSS nº 4, de 30/11/99.

6.9 – Os equipamentos empregados na execução do serviço deverão atender a todas as especificações constantes do Anexo I deste edital.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para fins de habilitação no presente Pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, ***devidamente autenticados***:

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelos órgãos arrecadadores;

a.1) certidão de regularidade com a Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação;

b) certidões negativas de débitos relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) da sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas);

d) atestado de capacidade técnica, firmado por órgão público ou por pessoa jurídica de direito privado, comprovando haver o licitante prestado satisfatoriamente serviços iguais ou similares, de natureza pertinente e compatível ao do objeto desta licitação;

e) declaração de que é revenda autorizada do fabricante e/ou distribuidor e de que as máquinas copiadoras ofertadas encontram-se em linha de produção, conforme modelo sugestivo (anexo VI);

f) declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8.666/93, conforme regulamentado pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002.

7.2 – Será admitida a participação de cooperativa que atenda às exigência do subitem 7.1 deste edital, no que couber, e apresente, no mesmo envelope de habilitação, os seguintes documentos: (a) ata de fundação; (b) estatuto (com ata de assembléia de aprovação); (c) regimento interno (com ata de aprovação); (d) regimento dos fundos (com ata de aprovação); (e) edital de convocação da assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros; (f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais; (g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora; (h) relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

7.3 - O Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – CRC/TJ substitui as exigências contidas no subitem 7.1, desde que em seu prazo de validade, bem como os documentos ali elencados, exceto os das alíneas “d”, “e”, “f” e subitem 7.2.

7.4 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado no qual se identifiquem, externamente, o nome ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

7.5 - Os documentos de habilitação, poderão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada por cartório competente ou conferidas por servidor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão, o pregoeiro procederá à abertura do(s) ENVELOPE(S)-PROPOSTA, à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 – As propostas escritas serão ordenadas em seqüência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor em relação ao último preço cotado pelo lançador.

8.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará o impedimento do licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.8 – A desistência do(s) lance(s) ofertado(s), sujeitará o desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor máximo estimado para a contratação.

8.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas com os seus respectivos lances finais, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente.

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço total, observados os prazos máximos para prestação do serviço, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.11.1 – Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço total de R\$ 117.450,00 (cento e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta reais), para efeito de contratação, ou seja, após o término dos lances, que corresponde à prestação do serviço de locação de 3 (três) máquinas copiadoras, pelo prazo 12 (doze) meses conforme especificado no Anexo I, desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

8.12 - Aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.13 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro declarará o licitante vencedor.

8.14 - Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor.

8.15 - O licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance verbal vencedor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor.

8.16 - Nas situações previstas nos subitens 8.9, 8.10 e 8.14, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente objetivando obter preço melhor.

8.17 – Declarado o vencedor, o pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

9 - DO RECURSO

9.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração, com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, se o desejar, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, contados da convocação para a assinatura do respectivo ou retirada do instrumento equivalente, observada a norma do § 4º, do art. 62, da Lei federal nº 8.666/93.

10.2 – O adjudicatário receberá, via fax, do Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial:

a) Cópia da NAD/EMPENHO, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento;**

b) Convocação para comparecer ao Serviço de Licitações da EMERJ e firmar o termo de contrato; **o recebimento da referida convocação deverá ser confirmado, imediatamente.**

10.2.1 – O não cumprimento do estabelecido no subitem 10.2 “a” e “b” submete o adjudicatário às normas dos subitens 10.3 e 10.3.1 do edital. A critério da EMERJ, o termo de contrato poderá ser retirado para colher assinatura do responsável pelo contrato e será devolvido ao Serviço de Licitações da EMERJ, no prazo estabelecido na convocação.

10.2.2 – A adjudicatária, informará necessariamente, a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, em atendimento ao disposto no Decreto estadual nº 16.661/91, e de acordo com o descrito no subitem 6.3 “e” e “f” deste edital.

10.3 – O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, independentemente de sujeitá-lo às sanções do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.3.1 – O fato de o adjudicatário, convocado para assinar o termo contratual, não assiná-lo, ou não assiná-lo no prazo determinado pela Administração, caracterizará falta contratual (art. 81 da Lei federal nº 8.666/93), sujeitando-o à aplicação de penalidade de advertência e/ou multa, observado o devido processo legal.

10.4 – O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes, até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.5 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao Contratante, que a seu critério, e por meio de servidor da Divisão de Apoio Logístico da EMERJ, designado para a função de fiscal, deverão exercê-los de modo amplo, irrestrito e

permanente em todas as fases do contrato. O contratado deverá apresentar-se ao fiscal imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.6 – A Administração poderá obrigar o contratado a, além do que consta no termo de referência (Anexo I), reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, **incluindo seus empregados em serviço**, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.7 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.8 – O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da instalação dos equipamentos e treinamento aos usuários, ambos de responsabilidade do contratado, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei federal nº 8.666/93.

10.9 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência (Anexo I).

10.10 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.11 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.12 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei federal nº 8.666/93).

12 - DAS SANÇÕES

12.1 – O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 – Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226);

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 – A penalidade estabelecida na letra “b” do subitem 12.2 poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 – O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha a contratada em face do contratante, sem o embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal/fatura na Divisão de Administração da EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J – Centro – RJ., mediante crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A. ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.3, “e”), à vista de nota fiscal/fatura que deverá ser apresentada pelo estabelecimento contratado, o qual deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação e na proposta, atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

13.2 – Considerando o disposto no art. 31 da Lei federal nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei federal nº 9.711, de 20/11/98, e a Ordem de Serviço 209, de 20/05/99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, será obrigação do contratado emitir nota fiscal/fatura com a respectiva guia de Previdência Social (GPS) referente ao mês da prestação do serviço, com os comprovantes discriminados no termo de contrato.

13.3 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da mesma isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.4 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível ao contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, *pro rata diem*, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.5 – Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.6 – Ocorrendo antecipação de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

13.7 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

13.8 – O valor do contrato poderá ser recomposto, decorrido 1 (um) ano do orçamento a que a proposta se referir, e assim a cada período de 1 (um) ano, contado da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA, a requerimento do contratado e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão.

13.9 – Como condição para que seja efetuado o pagamento o contratado deverá apresentar, junto com a nota fiscal/fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS relativos à atividade objeto do contrato.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O SELIC (Serviço de Licitações da EMERJ), prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h30 min, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Bloco J - Centro – Rio de Janeiro – RJ, ou pelo telefax (21) 3133-3381.

14.2 – Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, ao Pregoeiro da EMERJ, sendo entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.1 deste ato convocatório.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8.666/93.

15.2 – Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II, da Lei nº 11.101/05).

15.3 – As impugnações a este edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J - Centro, nesta cidade.

15.4 – Aplicam-se subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 – Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2007.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração - EMERJ

Aprovo o ato convocatório.

Luiz Henrique Granja Coutinho
Pregoeiro - EMERJ